

TRAMITAÇÃO PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO  
**PROGRAMA EQUIPAMENTOS  
URBANOS DE UTILIZAÇÃO  
COLECTIVA**  
(SUBPROGRAMA 1 – 2ª fase)

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. ANEXOS

## 1. Apresentação

Constitui objectivo das políticas integradas de Desenvolvimento Regional a melhoria de qualidade de vida das populações e a aposta no crescimento equilibrado e harmonioso do todo nacional.

O presente Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva (abreviadamente designado por Programa Equipamentos) é um poderoso instrumento financeiro para o reordenamento urbano e apoio à implantação de equipamentos e redes de infra-estruturas de utilidade pública, já que atribui uma comparticipação financeira para a construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de equipamentos urbanos de utilização colectiva, incluindo equipamentos religiosos.

Com efeito, o programa de financiamento em questão, com largas tradições no seio do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), configura-se igualmente como um facilitador da política de reestruturação territorial e dinamização de centros de desenvolvimento local e regional.

A definição do quadro normativo e das prioridades de investimento é da responsabilidade do MAOTDR, sem prejuízo de delegação nas Secretarias de Estado (Secretaria de Estado das Autarquias Locais e Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Ambiente), consoante o tipo de equipamento.

A gestão financeira e a coordenação do programa a nível nacional são asseguradas pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), designados como serviços coordenadores do Programa Equipamentos.

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRCC), enquanto serviço desconcentrado do MAOTDR, compete todos os procedimentos de divulgação, apreciação das candidaturas e acompanhamento da execução física e financeira dos contratos.

Para esse efeito, além de contemplar as orientações definidas na legislação em vigor, esta Norma introduz diversos procedimentos que visam racionalizar e tornar mais objectivo e transparente o processo de acompanhamento e apreciação dos contratos por parte da CCDRC.

Nesta Norma sistematizam-se - sob a forma descritiva e de fluxograma - as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação do Programa Equipamentos.

Esta Norma deve ser aplicada de forma sistemática a todos os processos deste tipo em que a CCDRC intervém.

## 2. Legislação de Enquadramento

A presente Norma de Procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

- **Despacho Normativo n.º 7187/2003**, de 21 de Março, publicado no Diário da República de 11 de Abril: Regulamento do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva.
- **Despacho conjunto n.º 683/2003**, de 2 de Junho, publicado no Diário da República de 3 de Julho: Formulários de candidatura.
- **Decreto-lei nº 317/97**, de 25 de Novembro, publicado no DR nº 273/97, de 25 de Novembro (I-A Série).

### 3. Tramitação dos Processos

Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideraram-se as principais etapas e passos da tramitação dos contratos do Programa Equipamentos – 2ª fase do Subprograma nº 1 (obras com orçamento superior a 100.000,00 €).

A numeração adoptada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta Norma.

Nota:

O processo de selecção e aprovação das candidaturas a este subprograma (SP1) é constituído por duas fases:

1ª fase – selecção das candidaturas com base na apresentação de programa base e estimativa de custos, a qual não envolve qualquer compromisso de financiamento por parte do Estado;

2ª fase – selecção de candidaturas à 2ª fase e aprovação da comparticipação financeira com celebração do contrato de financiamento.

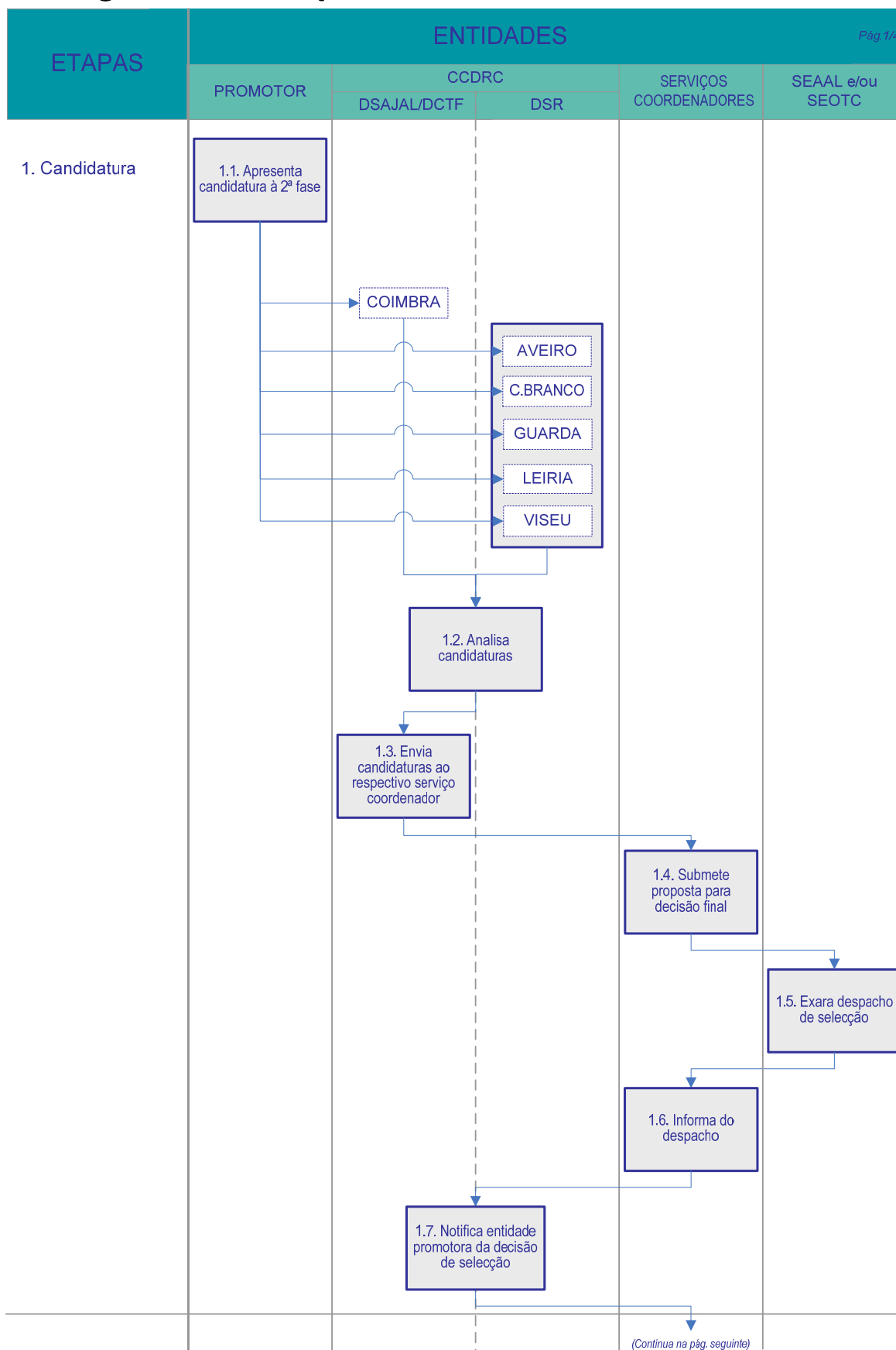
ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
<p><a href="#"><u>Despacho nº 7187/2003</u></a></p> <p><a href="#"><u>Despacho conjunto nº 683/2003</u></a></p>	<p><b>1. Candidatura</b></p> <p>1.1. A entidade promotora apresenta candidatura à 2ª fase do Programa Equipamentos junto da CCDRC (DCTF ou DSR) no prazo de 22 dias, mediante a entrega do respectivo formulário de candidatura e documentação exigida (anexo 1.4), em regime de candidatura aberta.</p> <p>Notas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Se o município pertence ao Distrito de Coimbra, a candidatura é entregue nos Serviços Centrais da CCDRC (DSAJAL/DCTF). Nos restantes casos, é entregue nas Divisões Sub-Regionais (DSR) da CCDRC dos respectivos distritos da Região Centro.</li> <li>Formulários disponíveis na página de internet dos serviços coordenadores: <a href="http://www.dgaa.pt">www.dgaa.pt</a> e <a href="http://www.dgotdu.pt">www.dgotdu.pt</a>.</li> </ol> <p>1.2. A CCDRC (DCTF ou DSR) analisa as candidaturas no prazo de 22 dias.</p> <p>1.3. CCDRC (DSAJAL/DCTF) envia o conjunto de candidaturas analisado aos respectivos serviços coordenadores do Programa Equipamentos (DGAL e DGOTDU).</p> <p>1.4. Os serviços coordenadores submetem a lista de candidaturas a despacho de selecção ao respectivo membro do governo (SEAL Adjunto e/ou SEOTC).</p> <p>1.5. O(s) membro(s) do governo exaram despacho de selecção.</p> <p>1.6. Os serviços coordenadores informam a CCDRC do despacho de selecção.</p>

<p><a href="#"><u>Despacho nº 7187/2003</u></a></p> <p><a href="#"><u>Despacho conjunto nº 683/2003</u></a></p>	<p>1.7. A CCDRC (DCTF ou DSR) notifica as entidades promotoras da decisão de selecção.</p>
<p><a href="#"><u>Despacho nº 7187/2003</u></a></p>	<p><b>2. Aceitação e Celebração de contrato</b></p> <p>2.1. O respectivo serviço coordenador envia à CCDRC o Termo de Aceitação.</p> <p>2.2. A CCDRC (DCTF ou DSR) notifica a entidade promotora dos termos de aceitação da candidatura.</p> <p>Nota: A entidade promotora poderá lançar o concurso para adjudicação da obra.</p> <p>2.3. A entidade promotora deve dar resposta de aceitação no prazo de 22 dias.</p> <p>Nota: Se a comparticipação atribuída for inferior à candidatada, a entidade promotora deve justificar, no prazo de 66 dias, a forma de financiamento do restante montante.</p> <p>2.4. O serviço coordenador celebra contrato de financiamento com a CCDRC e a entidade promotora.</p>
<p><a href="#"><u>Despacho nº 7187/2003</u></a></p>	<p><b>3. Execução</b></p> <p>3.1. A CCDRC (DCTF ou DSR), solicita à entidade promotora os elementos para a homologação da adjudicação da empreitada (Anexo 2.6).</p> <p>3.2. A CCDRC (DCTF ou DSR) elabora parecer sobre o processo de adjudicação, que é submetido a despacho de concordância do Presidente da CCDRC.</p> <p>3.3. A CCDRC (DCTF ou DSR) propõe ao respectivo serviço coordenador (DGAL/DGOTDU) a homologação da adjudicação da obra.</p> <p>3.4. O serviço coordenador homologa a adjudicação da empreitada.</p> <p>3.5. A CCDRC (DCTF ou DSR) notifica a entidade promotora da homologação da empreitada.</p> <p>3.6. A entidade promotora envia à CCDRC o auto de consignação (empreitadas) ou comunica a data do início dos trabalhos (administração directa), assim como envia fotografia do painel afixado no local da obra.</p>

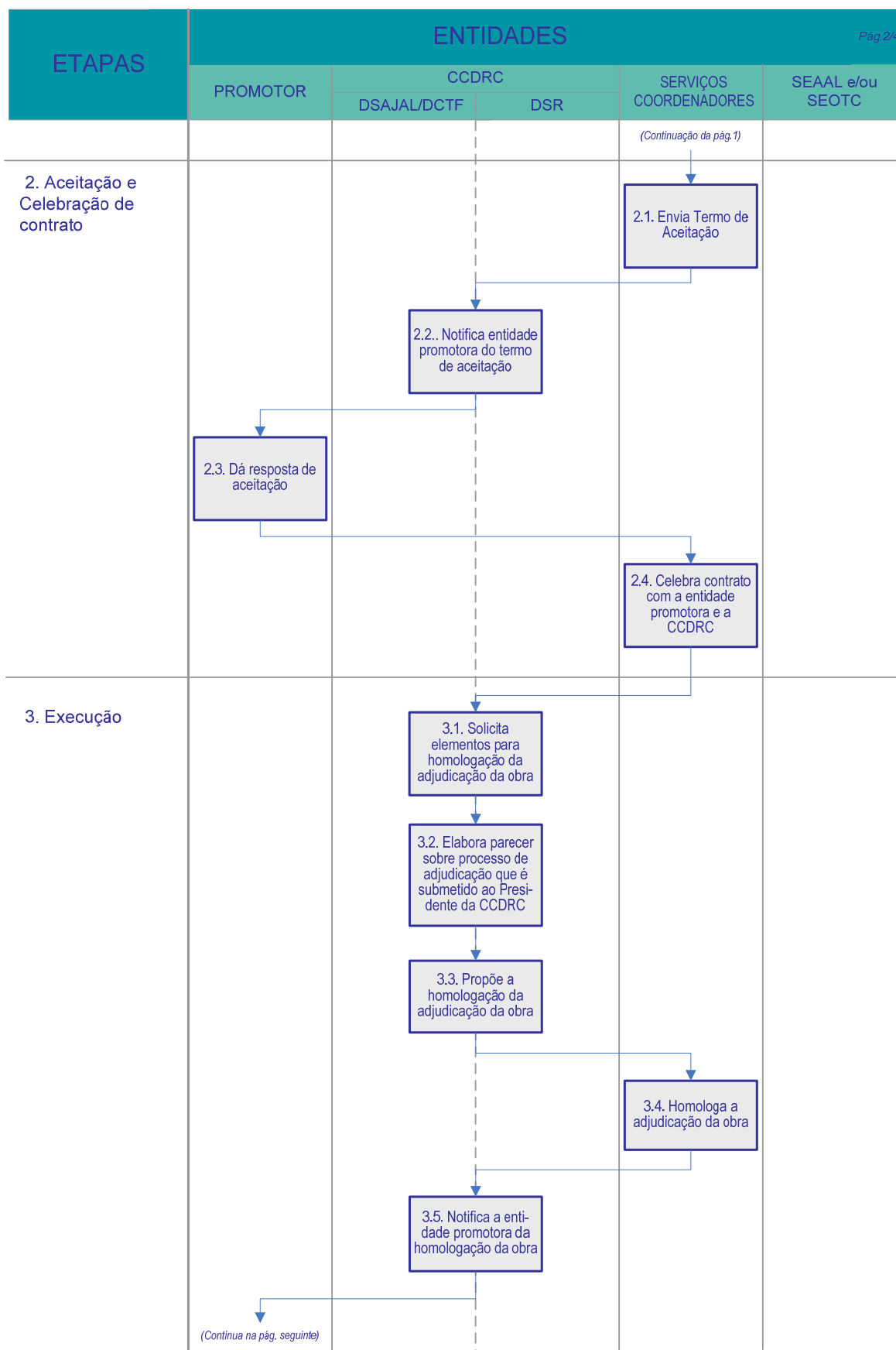
<p><a href="#">Despacho nº 7187/2003</a></p>	<p>3.7. A CCDRC (DCTF ou DSR) elabora a primeira proposta de processamento da comparticipação financeira, que é submetida a despacho de concordância ao Presidente da CCDRC.</p> <p>3.8. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) envia a proposta de processamento da comparticipação aos serviços coordenadores.</p> <p>3.9. Os serviços coordenadores processam adiantamento a favor da entidade promotora, de acordo com as regras e informam a entidade promotora e a CCDRC.</p> <p>3.10. A entidade promotora, durante a execução do contrato, envia à CCDRC (DCTF ou DSR) os documentos comprovativos da execução.</p> <p>3.11. A CCDRC (DCTF ou DSR) verifica no local o ponto de situação da execução dos trabalhos e elabora proposta de processamento, que submete a despacho de concordância do Presidente da CCDRC.</p> <p>3.12. A CCDRC (DCTF ou DSR) envia a proposta de processamento da comparticipação financeira ao serviço coordenador.</p> <p>3.13. Os serviços coordenadores processam a comparticipação a favor da entidade promotora e informam a entidade promotora e a CCDRC.</p> <p>3.14. A entidade promotora deve solicitar à CCDRC os eventuais pedidos de reprogramação, devidamente fundamentados.</p> <p>3.15. A CCDRC (DCTF ou DSR) emite parecer sobre os pedidos de reprogramação e comunica aos serviços coordenadores.</p> <p>Nota: A comunicação das reprogramações aos serviços coordenadores é feita em conjunto até ao dia 1 de Junho de cada ano.</p>
<p><a href="#">Despacho nº 7187/2003</a></p>	<p><b>4. Conclusão</b></p> <p>4.1. A entidade promotora entrega à CCDRC (DCTF ou DSR) o auto de recepção provisória e a conta final.</p> <p>4.2. A CCDRC (DCTF ou DSR) elabora a última proposta de processamento da comparticipação financeira, que é submetida a despacho de concordância do Presidente da CCDRC.</p> <p>4.3. A (DSAJAL/DCTF) envia a proposta aos serviços coordenadores.</p> <p>4.4. Os serviços coordenadores processam a última fracção e informam a entidade promotora e a CCDRC.</p>

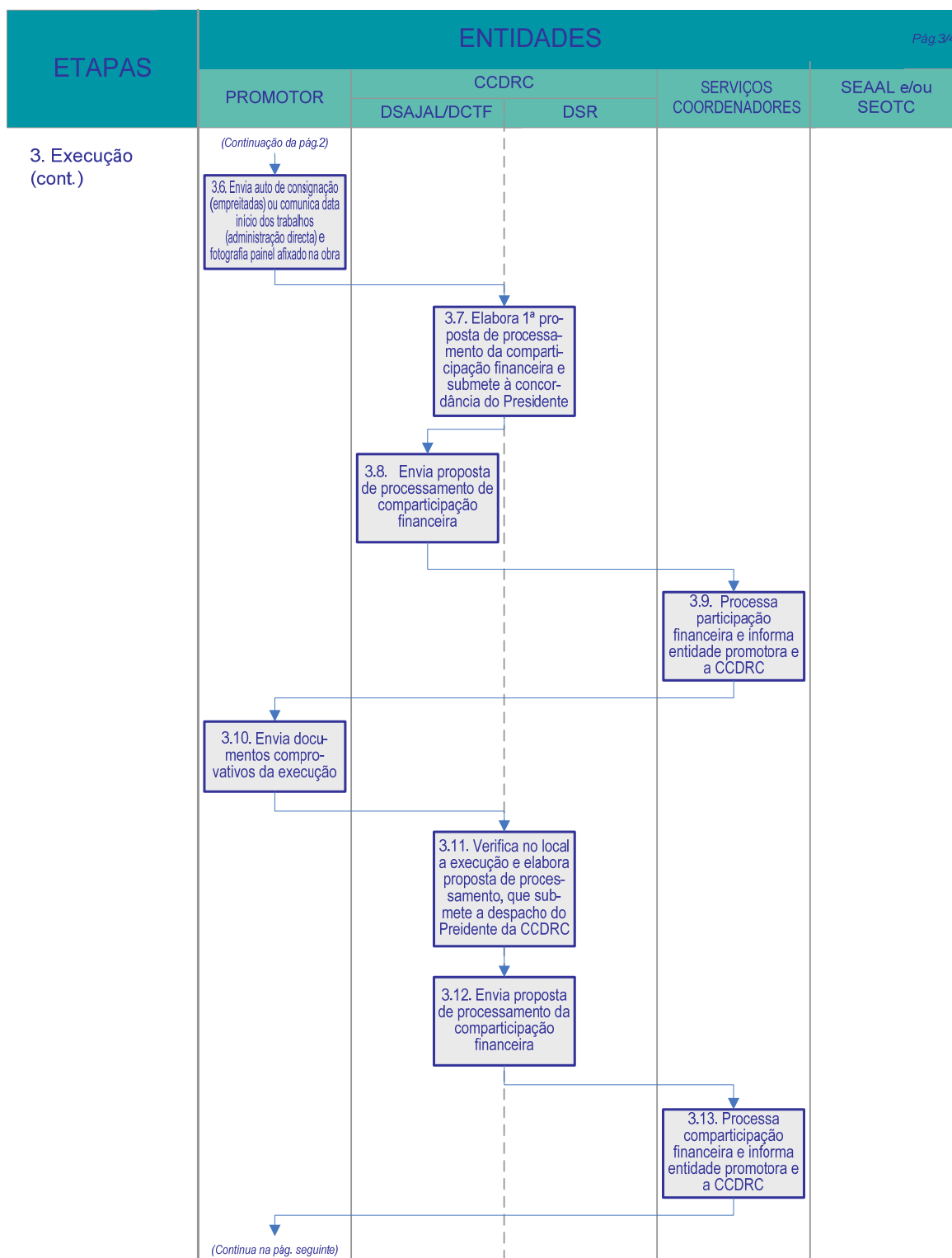
<a href="#"><u>Despacho nº 7187/2003</u></a>	4.5. A entidade promotora, dentro do prazo legal, apresenta o auto de recepção definitiva da obra à CCDRC que deverá assistir à recepção definitiva.
--------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

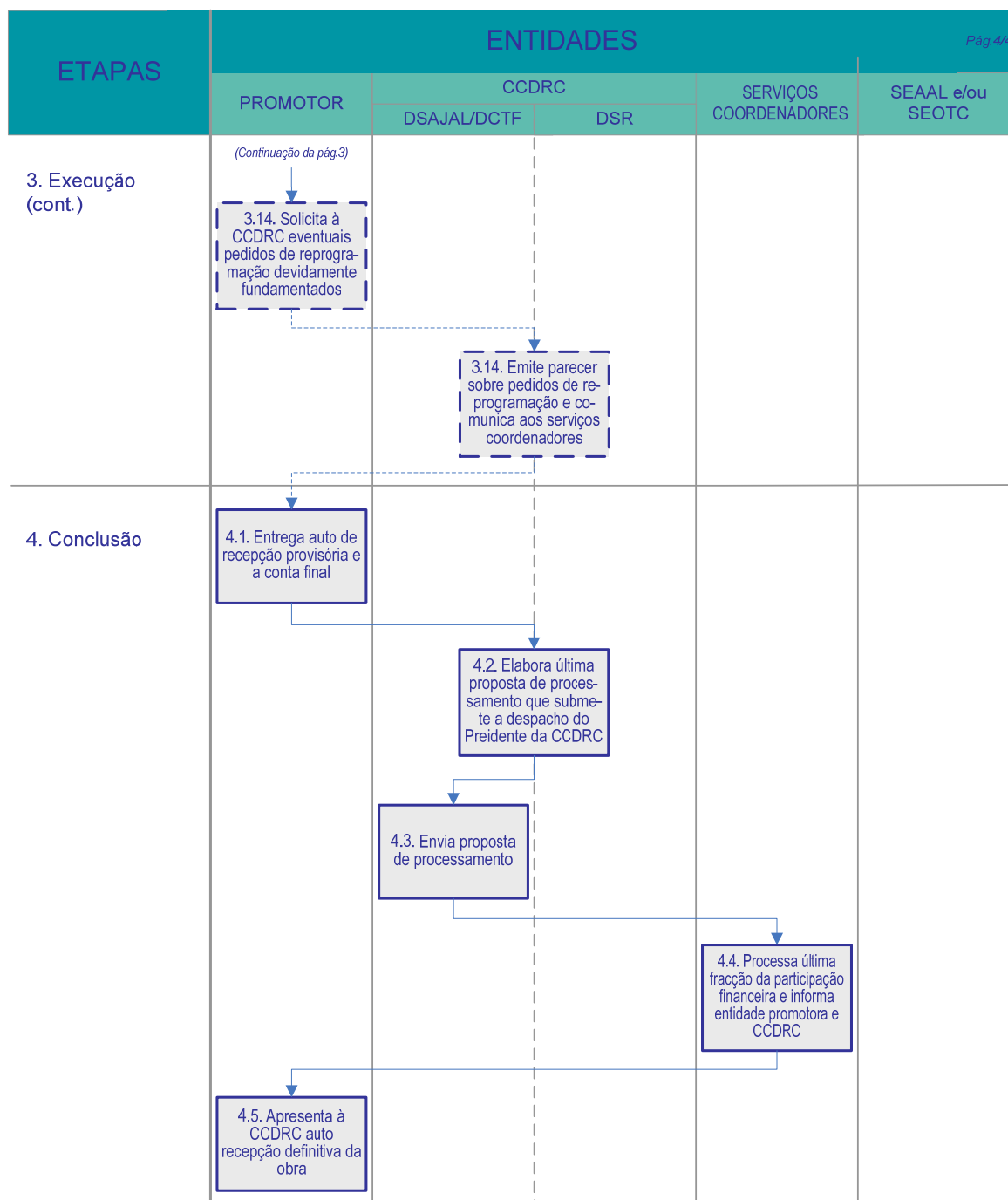
#### 4. Fluxograma da Tramitação











## 5. Anexos

### Anexo 1

#### Candidatura

##### 1.1. Destinatários (n.ºs 2, 3 e 4 do Despacho n.º 7187/2003 - Regulamento)

- Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos, oficialmente constituídas há mais de 2 anos, que prossigam fins de interesse público, desde que o equipamento a financiar se inclua no âmbito das suas finalidades estatutárias dominantes
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), desde que o equipamento a financiar se inclua no âmbito das suas finalidades estatutárias principais ou secundárias
- Juntas de Freguesia e suas Associações de Direito Público, somente para o subprograma 2

Excepção: equipamentos de utilização colectiva de educação, segurança social, saúde, forças de segurança ou emergência e militares.

##### 1.2. Tipologia de Equipamentos elegíveis

###### Religioso

- Igrejas
- Capelas mortuárias
- Centros paroquiais

###### Desportivo

- Campos de jogos
- Pistas de atletismo
- Polidesportivo
- Pavilhões e salas de desporto
- Piscinas

###### Recreativo

- Com salão de festas
- Com auditório
- Com aptidões cénicas

###### Cultural

- Sede de associação
- Sede de filarmónica

##### 1.3. Formalização de candidatura

###### • Formulários:

(Despacho conjunto n.º 683/2003, de 2 de Junho)

###### SP1 - 1ª e 2ª Fases

Desportivo, Recreativo e Cultural

[www.dgotdu.pt](http://www.dgotdu.pt)

###### SP1 1ª e 2ª fases

Religioso

[www.dgaa.pt](http://www.dgaa.pt)

**1.4. Os documentos de uma candidatura à 2ª fase do sub-programa 1**

(n.º 43 do Despacho nº 7187/2003)

- a) Orçamento da obra, extraído do projecto de execução aprovado;
- b) Declaração que identifique os montantes e as fontes de financiamento, comprovados por declaração escrita das entidades financiadoras e, no caso de comparticipação das autarquias locais, por deliberação camarária ou da junta de freguesia comprovativa da aprovação do financiamento;
- c) Indicação do montante da comparticipação financeira do Estado a que se candidata, através do Programa Equipamentos;
- d) Prazo de execução dos trabalhos;
- e) Declarações da Segurança Social e Finanças, quando aplicável, comprovativas de regularização de situação contributiva e impostos.

**1.5. Documentos necessários para homologação da adjudicação da obra, nas candidaturas ao Sub-programa 1, 2ª fase**

(n.º 61 do Despacho nº 7187/2003)

- a) Mapa de medições e orçamento do projecto;
- b) Programa de concurso e caderno de encargos;
- c) Extracto da publicação no jornal oficial do anúncio de abertura do concurso;
- d) Acta de abertura das propostas apresentadas;
- e) Relatório final elaborado pela entidade promotora, com proposta fundamentada de selecção do adjudicatário;
- f) Cópia da proposta adjudicada.

## Anexo 2

### 2.1. Selecção das candidaturas

- **CrITÉRIOS de apreciação selecção**

(nº14 e anexo II do Despacho nº 7187/2003)

- elegibilidade da entidade e do respectivo empreendimento;
- correcta instrução documental;
- elegibilidade das despesas apresentadas;
- modelo de financiamento da obra;
- razoabilidade dos preços e orçamento apresentado;
- observância das normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionadas;
- equidade territorial e localização;
- interesse público do equipamento;
- natureza do objecto social prosseguido pela entidade candidata.

- **Cálculo do financiamento**

(nºs 5 a 9 e anexo I do Despacho nº 7187/2003)

A taxa máxima de comparticipação financeira é de 70% do orçamento apresentado em candidatura do equipamento, com o valor máximo de 750.000,00 para candidaturas ao SP1.

A comparticipação financeira é calculada com base nos orçamentos apresentados pelas entidades promotoras, excepto quando excedam os custos padrão para cada tipo de equipamento, caso em que o montante do financiamento é calculado nos referidos valores (O IVA não é considerado no cálculo da comparticipação financeira para os equipamentos religiosos das instituições privadas sem fins lucrativos).

A entidade promotora poderá, para o mesmo projecto, recorrer a fontes de financiamento complementares, devendo assegurar 10% do investimento elegível.

- **Custos não participáveis**

(nº 11 do Despacho nº 7187/2003)

- a) estudos técnicos de levantamento de terreno e/ou dos edifícios preexistentes ou de preparação e execução de obras;
- b) estudos de mercado, de caracterização da actividade e da viabilidade económica, bem como outros estudos necessários à aferição ou demonstração da necessidade, do interesse e da viabilidade do equipamento colectivo;
- c) estudos necessários à instrução do processo de candidatura ao Programa Equipamentos;
- d) trabalhos a mais, os erros e omissões do projecto, as revisões de preços e as actualizações orçamentais;
- e) os trabalhos executados antes da homologação da obra a financiar no âmbito do SP1;
- f) quaisquer variações, para mais, dos custos, induzidas por alteração das condições de mercado;
- g) os bens móveis do equipamento, designadamente o mobiliário não fixo.

## 2.2. Serviços coordenadores

A coordenação do programa é repartida por serviços tutelados pela Presidência do Conselho de Ministros e pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional consoante:

- Empreendimento do subprograma 1 – religioso:  
Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), na dependência do Secretário de Estado Adjunto da Administração Local (SEAAL);
- Empreendimentos do subprograma 1 – associativo:  
Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), na dependência do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (SEOTC).

## Anexo 3

### Execução

#### 3.1. Regime de execução da obra

(n.ºs 59, 60 e 82 do Despacho n.º 7187/2003)

##### Obras do Subprograma 1

- As obras financiadas ao abrigo do presente Regulamento devem ser objecto de concurso para a sua adjudicação, em termos análogos ao disposto para os donos de obras públicas;
- Por despacho do MAOTDR pode ser autorizada a celebração do contrato de empreitada por concurso limitado ou concurso por negociação, bem como o regime de execução por ajuste directo, sob proposta fundamentada do serviço regional desconcentrado da área de localização do empreendimento.

#### 3.2. Liquidação da comparticipação financeira

(n.ºs 63 e 83 e do Despacho n.º 7187/2003)

##### Obras do Sub-programa 1

- a) A primeira fracção, até 25%, sob a forma de adiantamento, após a confirmação da consignação da obra;
- b) A segunda e terceira fracções, de 30% cada uma, mediante prova de conclusão de 30% e 60%, respectivamente, dos trabalhos executados;
- c) A quarta fracção, com o valor do remanescente por liquidar, após a recepção provisória da obra.

**Nota:** De referir que no cálculo da comparticipação financeira para os equipamentos religiosos das instituições privadas sem fins lucrativos não é considerado o IVA.

#### 3.3. Factos que podem originar a suspensão da comparticipação financeira (n.ºs 68, 69 e 65 do Regulamento)

- a) Se as obras ou os trabalhos não forem iniciados no prazo de um mês após a confirmação da consignação da obra;
- b) Se não for dada execução ao volume de trabalhos previstos para determinada fase, salvo se tal decorrer de facto não imputável à entidade promotora;
- c) Se as obras ou trabalhos se encontrarem suspensos pelo período de dois meses, salvo se suspensão decorrer de facto não imputável à entidade promotora;
- d) Se, independentemente do disposto na alínea anterior, as obras ou os trabalhos correspondentes forem abandonados. Consideram-se abandonadas as obras ou os trabalhos que decorram na ausência do responsável técnico legalmente exigido por período superior a um mês ou se encontrem suspensas sem motivo justificativo constante dos registos do respectivo livro da obra;
- e) Em caso de alteração ao projecto não devidamente licenciada e homologada pelos serviços coordenadores do Programa Equipamentos;
- f) Não afixação do painel que obedeça ao modelo definido por despacho do MAOTDR no local de execução da obra, desde o início da obra até à respectiva conclusão.



### 3.4. Suspensão da comparticipação financeira

(nºs 70 a 74 do Regulamento)

- A suspensão é declarada pelos serviços coordenadores do Programa Equipamentos sob proposta fundamentada da CCDRC (DCTF ou DSR), reportando-se os seus efeitos ao momento de verificação do facto que a originou;
- O despacho de suspensão pode ser revogado, por uma única vez, pelos dirigentes dos serviços coordenadores sob proposta fundamentada da CCDRC (DCTF ou DSR), em circunstâncias excepcionais devidamente fundamentadas, nomeadamente decorrentes de factores não imputáveis à entidade ou a caso de força maior;
- Nos casos de não afixação do painel, o despacho de suspensão pode ser revogado pela CCDRC (DCTF ou DSR), a requerimento da entidade promotora, mediante prova de que a irregularidade foi devidamente sanada;
- Caso se verifique a manutenção da suspensão por um período ininterrupto de seis meses, é rescindido unilateralmente o contrato de comparticipação financeira, obrigando-se a entidade promotora a repor nos cofres do Estado a totalidade ou parte das comparticipações recebidas, a apurar em face dos trabalhos já efectuados;
- As entidades promotoras que, de forma negligente ou dolosa, não cumprirem os deveres assumidos no contrato de financiamento e nos demais actos compromissórios, podem ainda ficar inibidas de se candidatar a qualquer financiamento por parte do MAOTDR, por um período máximo de 10 anos, mediante despacho do respectivo ministro, sob proposta dos serviços coordenadores do programa Equipamentos.

## Anexo 4

### Glossário

#### **AUTO DE MEDIÇÃO**

Medições dos trabalhos mensais realizados, dando indicação das quantidades, preços unitários e respectivos custos dos trabalhos realizados no respectivo mês, bem como o ponto de situação de execução da obra atingido (parcial, acumulado e respectivo saldo).

#### **AUTO DE CONSIGNAÇÃO DA OBRA**

Documento assinado pelo(s) representante(s) do dono da obra e da entidade adjudicatária confirmando o início dos trabalhos constantes da empreitada.

#### **AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DA OBRA**

Documento assinado pelo(s) representante(s) do dono da obra e da entidade adjudicatária confirmando a conclusão dos trabalhos conforme prescrições técnicas regulamentares constantes da empreitada.

#### **AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA DA OBRA**

Documento de verificação da não existência de anormalidades de construção do imóvel, elaborado após conclusão da obra e decorrido o tempo de garantia.

#### **DONO DE OBRA**

Pessoa colectiva que manda elaborar o projecto. É a entidade a quem compete a responsabilidade e execução dos empreendimentos constantes no contrato de financiamento.

#### **AUTOR DO PROJECTO**

Empresa, técnico(s) que contrata com o dono da obra a elaboração do projecto técnico.

#### **PROJECTO GERAL**

Documento que define as características impostas pela função específica da obra.

#### **PROGRAMA PRELIMINAR**

Documento fornecido pelo dono da obra ao autor do projecto para definição dos objectivos, características orgânicas e funcionais e condicionamentos financeiros da obra, bem como dos respectivos custos e prazos de execução a observar.

#### **PROGRAMA BASE**

Documento elaborado pelo autor do projecto a partir do programa preliminar, resultando de particularização deste, e que, depois de aprovado pelo dono de obra, serve de base ao desenvolvimento de fases ulteriores do projecto.

#### **ESTUDO PRÉVIO**

Documento elaborado pelo autor do projecto, depois de aprovado o programa base visando o desenvolvimento de solução programada.

#### **PROJECTO DE EXECUÇÃO (PROJECTO)**

Documento elaborado pelo autor do projecto, a partir do estudo prévio ou do ante-projecto aprovado pelo dono de obra, destinado a constituir, juntamente com o programa de concurso e o caderno de encargos, o processo de apresentação a

concurso para adjudicação de empreitada ou de fornecimento e a facultar todos os elementos necessários à boa execução dos trabalhos.

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Serviços complementares de elaboração do projecto, a prestar pelo seu autor ao dono da obra durante a preparação do concurso para a adjudicação de empreitada, a apreciação de propostas e a execução da obra.



AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS

EMPREITADA:  
Dono da Obra:  
Empreiteiro:

Auto nº  
Data  
Fl. nº /

Quantidades de trabalho				Descrição do artigo	Preços (€)				
anterior acumulado	presente	total	previsto		Unitário	anterior acumulado	presente	total	previsto

Totais				
--------	--	--	--	--

Importa o presente Auto de Medição nº1 em \_\_\_\_\_ € (\_\_\_\_\_ euros) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

O representante do adjudicatário

O representante do Dono da Obra